



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 104/2022

PROTOCOLO

Divisão das Comissões

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Proj. de Lei Comp. nº 1251/2022

Resolução

Decreto Legislativo

Emenda

Data 21/10/22 Horário 13h30

Dep. Legislativo das Comissões

Fls nº

Assinatura

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, com base no inciso III do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que *"dá nova redação aos dispositivos do Art. 31 da Lei Complementar nº 404, de 27 de dezembro de 2010 e dá outras providências"*.

O presente projeto de lei busca alterar o 'Plano de Custeio' destinado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Porto Velho, para consolidar os percentuais destinados à cobertura das despesas administrativas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.

Este projeto visa adequar os percentuais e a base de cálculo da taxa de administração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), à cobertura de suas despesas administrativas: "Conforme normas específicas do Ministério do Trabalho e Previdência, em especial a Portaria nº 1.467, de 02/06/2022, a mencionada 'Taxa de Administração' é destinada, exclusivamente, ao custeio das despesas administrativas decorrentes da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município.

Por determinação federal, o Art. 15 da Portaria MPS nº 402/2008, do Ministério do Trabalho e Previdência, foi alterado pela Portaria nº 19.451/2020, que modificou a taxa de administração e a forma de custeio das despesas correntes e de capital, para o funcionamento e manutenção do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Em virtude destas normas o município de Porto Velho propôs e a Câmara aprovou a Lei Complementar nº 875, de 16/12/2021, instituindo taxa de 2,4% e acréscimo de 20% para utilização em formação e certificação de servidores e gestores do RPPS, perfazendo um total de 2,88%, calculado sobre o somatório da remuneração da contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior.

Com nova sistemática adotada pela Portaria nº 1.467 de 02/06/2022, a taxa de administração pode sofrer alterações sendo o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, desta forma há necessidade de adequação dos percentuais, de forma a diminuir o percentual da taxa de administração passando para 1,7% e acréscimo de 20% para utilização em formação e certificação de servidores e gestores do RPPS, perfazendo um total de 2,04%.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Legislativo das Comissões  
Assinatura

Os novos percentuais passam a variar conforme o porte dos RPPS, segundo classificação estabelecida pelo Indicador de Situação Previdenciária (ISP) divulgado anualmente pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Conforme esta classificação – e de acordo com a necessidade e a indicação da avaliação atuarial –, foi estipulado o patamar de 1,7% para municípios de grande porte, como é o caso de Porto Velho, acrescido de 20% do percentual para formação e certificação de servidores e gestores do RPPS. Mas a implementação desses novos critérios de cálculo da taxa de administração depende de aprovação de lei municipal e sua vigência se dará somente a partir do dia 1º do exercício subsequente à aprovação da lei.

Desta feita, nobres vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no art. 66 da Lei Orgânica Municipal e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o projeto de lei complementar em anexo, ao tempo que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho, 20 de outubro de 2022.

  
**HILDON DE LIMA CHAVES**  
Prefeito





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022. das Comissões

Fls nº

Assinatura

## PROTOCOLO Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº \_\_\_\_\_  
Proj. de Lei Comp. nº 1251/2022  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 21/30/22 Horário 13h20

Dá nova redação aos dispositivos do Art. 31 da Lei Complementar nº 404, de 27 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV do Art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte:

### LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º** Altera dispositivos do Art. 31 da Lei Complementar nº 404, de 27 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Art. 31. (...)

I – De 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) para custeio das despesas correntes e de capital, necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio, calculado sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior; **(NR)**

II – De 0,34% (trinta e quatro décimos por cento), correspondente a 20% (vinte por cento) do valor indicado no inciso I, para fins de obtenção de manutenção de certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS e certificação para nomeação e permanência de dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS, do responsável pela gestão dos recursos e dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos. **(NR)**

§ 1º O valor total da taxa de administração, equivalente a 2,04% (dois inteiros e quatro centésimos por cento), resultado da soma dos percentuais do inciso I e II, calculados sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, deverá ser repassado mensalmente, e administrado em contas bancárias e contábeis distintas, inclusive das destinadas ao pagamento dos benefícios, sendo vedado sua utilização em despesas diversas ao custeio do RPPS. **(NR)**"



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 2º** A utilização da taxa de administração e suas reservas, além do estabelecido no Art. 1º desta Lei Complementar, deve observar as legislações pertinentes a matéria instituída pelo órgão federal responsável pela normatização dos RPPS.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

Dep. Legislativo das Comissões  
Fls nº \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_